

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal da Tarde

Class.: 146

Data: 09.02.85

Pg.: _____

Os índios em Brasília. Para resolver o conflito dos apinajés.

Os líderes indígenas deixaram as armas em Tocantinópolis e foram negociar em Brasília. E a Funai acha que haverá "um final feliz".

Certo de que conseguiu "um final feliz" para o conflito entre os índios apinajés e fazendeiros na região de Tocantinópolis, no Norte de Goiás, o presidente da Funai, Nelson Marabuto, chegou ontem à noite a Brasília, com os líderes das principais nações indígenas da área. Os caciques vão acompanhar as negociações entre os ministros Mário Andreazza, do Interior, e Danilo Venturini, dos Assuntos Fundiários.

Marabuto garantiu que "está tudo tranquilo na área, pois os índios acreditaram na mensagem do ministro Andreazza, de que a reserva será demarcada". Ele acredita que, embora os apinajés continuem exigindo os 148.600 hectares, "se a reserva for demarcada com apenas 18 mil hectares a menos será possível um acordo. Desde que não se exclua a Aldeia Cocalino, o sítio sagrado dos apinajés".

Antes de levar os líderes indígenas, entre eles o cacique Txucarramãe Raoni, para uma churrascaria, "para comemorar um momento gratificante — em que os índios deram um crédito de confiança ao governo —, o presidente da Funai disse que a questão será resolvida até segunda-feira.

Em Tocantinópolis, tão logo foram informados, por Marabuto e pelo sertanista Cláudio Romero, da disposição do governo em demarcar 130 mil hectares para a

reserva dos apinajés, sete caciques, representantes das nações em pé de guerra, trocaram suas bordunas e espingardas pelo avião Bandeirante da Funai, transferindo o campo de batalha para Brasília. De lá, eles só pretendem voltar com um decreto que permita a demarcação pacífica da área.

"Matança"

Os fazendeiros, por sua vez, permaneceram na cidade, armados e dispostos a impedir a demarcação. O presidente da Câmara de Vereadores de Tocantinópolis, Evandro Guimarães, não admite mais que 85 mil hectares para a reserva. Afirma que conceder mais tornará o município inviável economicamente, já que importantes propriedades agrícolas terão de ser entregues aos índios. Ele prevê uma "matança lenta e segura" dos indígenas da aldeia São José, mas promete recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF), caso haja uma decisão por uma reserva de 130 mil hectares. Segundo o vereador, a luta dos fazendeiros tem respaldo jurídico, pois a Funai, em 1978, habilitou-se a demarcar 85 mil hectares, quando foi elaborado o memorial descritivo sobre os 560 mil hectares que formam o município.

A resistência dos fazendeiros se deve à demarcação de parte das propriedades



Marabuto (de boné) com os caciques: desembarcando em Brasília.

localizadas na margem Oeste da rodovia Transamazônica. Ali seus interesses envolvem a agricultura, pecuária e máquinas. Para os índios, porém, grande parte da região é considerada "território sagrado": seus mortos e vestígios de antepassados que migraram em direção ao rio Tocantins ainda são visíveis. Além disso, os 130 mil hectares lhes permitirá reaver a aldeia de Cocalino, incendiada em novembro do ano passado por fazendeiros revoltados com a presença indígena.

Emoção

Ao chegar ontem ao território dos apinajés, Marabuto foi recebido pelo cacique Raoni, txucarramãe que se emocionou quando ouviu o presidente da Funai afirmar que "tudo está resolvido". Na aldeia, algumas índias choraram. Mas outros, como o pajé "Chiquinho", deram sinais de descontentamento: eles contavam com a demarcação de 148,6 mil hectares, proposta inicialmente. Acabaram, porém, cedendo diante das ponderações do sertanista Cláudio Romero, de que eles "já têm terras suficientes para filhos e netos e criar seus animais". Com o consentimento da aldeia, foram eleitos os membros da comitiva que seguiu para Brasília, tendo à frente os caciques Raoni, Francisco (apinajé, conhecido na língua nativa como Kranko); Tecea, krena-

karore; Abraão, xerente; Ribamar, kraô; e Tomás e Martins, ambos xavante.

De acordo com Marabuto, na próxima semana, com a assinatura do decreto, uma divisão do Serviço Geográfico do Exército, com base em Manaus, será deslocada para Tocantinópolis. Em sua opinião, isso manterá os fazendeiros afastados da área. Ao mesmo tempo, novos reforços policiais serão enviados para o Comando da Polícia Militar, que bloqueia o acesso de estranhos à aldeia indígena. "Sempre encontramos resistências quando vamos demarcar terra para índios. Foi assim também no Xingu", lembrou o presidente da Funai.

O comandante-geral da Polícia Militar de Goiás, coronel Álvaro, deslocou-se ainda ontem para a região, sem a companhia do secretário de Segurança Pública do Estado, deputado José Freire, aguardado desde anteontem pelos fazendeiros. Dizendo desconhecer as razões que levaram Freire a cancelar o compromisso, o coronel afirmou que seu objetivo era "levantar o-moral" dos soldados acampados em barracas de lona à margem da Transamazônica. Nelson Marabuto, no entanto, em franca "guerra fria" com o secretário, desde que este tomou para si a causa dos fazendeiros e da Câmara de Vereadores de Tocantinópolis, não esperou para criticá-lo: "Ele é a antítese de um secretário de Segurança."